

## **Cidades e subjetivações contemporâneas: práticas de desfiliação em contextos urbanos**

Cities and contemporary subjectivations: disaffiliation practices in urban contexts

Daiane Gasparetto da Silva; Flávia Cristina Silveira Lemos; Heidiany Katrine Santos Moreno; Helder Corrêa Luz; Marcelo Ribeiro de Mesquita

Universidade Federal do Pará

---

### **RESUMO:**

O artigo busca pensar alguns aspectos da cidade e da circulação na mesma, sobretudo em contextos urbanos, interrogando os estigmas e resistências que modulam e são modulados pelas práticas complexas que fabricam os modos de ser, de viver, de sentir, de agir e se relacionar na cidade como espaço público. A cidade como lugar em que tempo e espaço convergem e se entrecruzam é um importante lugar de disputas e lutas por direitos, simultaneamente de conflitos de interesses, em constante transformação e tentativas do Estado em organizar e gerir subjetividades e vidas. A apropriação das cidades como negócios por corporações e grupos que visam extrair privilégios tem sido regular, sobretudo, no capitalismo neoliberal das últimas décadas. Concluindo, busca-se apresentar resistências em que a transformação democrática do espaço urbano é um ideal permanente diante da produção de estigmas e segregações.

**Palavras-chave:** Cidade; Subjetividade; Desfiliação.

---

### **ABSTRACT:**

The article seeks to think about some aspects of the city and circulation in it, especially in urban contexts, questioning the stigmas and resistances that modulate and are modulated by the complex practices that manufacture the ways of being, living, feeling, acting and relating in the city as a public space. The city as a place where time and space converge and intersect is an important place of disputes and struggles for rights simultaneously of conflicts of interest, constantly changing and attempts by the State to organize and manage subjectivities and lives. The appropriation of cities as business by corporations and groups that aim to extract privileges has been regular, especially in neoliberal capitalism of recent decades. In conclusion, it seeks to present resistances in which the democratic transformation of urban space is a permanent ideal in the face of the production of stigmas and segregations.

**Key-words:** City; Subjectivity; Disaffiliation.

---

*DOI:10.12957/mnemosine.2023.76209*

### **Introdução**

O objetivo deste artigo é apresentar um ensaio temático sobre a cidade na interface com a produção da subjetividade e a sociedade contemporânea no que tange

aos processos de desfiliação. Em meio aos contextos urbanos permeados por desigualdades sociais e econômicas, decorrentes dos processos históricos higienistas de urbanização, ao longo do século XX e XXI, frequentemente surgem questionamentos a respeito do funcionamento e organização das cidades por meio da gentrificação, da segregação e da mercantilização do espaço como negócio. Assim, objetiva-se com este texto pensar as disputas locais relacionadas à elaboração de políticas voltadas ao controle dos corpos e disciplina do espaço, a partir das práticas divisórias e hierarquizantes das existências na cidade.

Para Brasil, Silva (2013), nas últimas décadas do século XX e início do XXI, surgem questões-problema que propiciam uma analítica do surgimento de insatisfações e lutas em prol da democratização de práticas visando à ampliação da participação social, em níveis deliberativos, representativos, bem como das manifestações dos movimentos sociais de base que produziram insurgências e levantes ligados à apropriação do espaço como esfera pública. Segundo os autores citados, embora certas ações, como por exemplo o Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, tenham o intuito de aumentar o caráter participativo da cidadania e da ética, no que concerne à gestão das cidades e o governo de si, tal objetivo esbarra em inúmeros obstáculos no plano de uma rede tensa e múltipla de acontecimentos.

No bojo das questões colocadas acima, a esfera pública da cidade e os processos de subalternização de grupos e segmentos do povo devem ser alvo de problematização tanto nos usos capitalísticos do espaço e da subjetividade quanto na dinâmica administrativa, política e econômica como racionalidades na governamentalidade (ROLNIK e KLINK, 2011; FOUCAULT, 2008). Os entraves vistos no presente, atinentes a um planejamento urbanístico mais abrangente, apontam que os aparatos estatais e da sociedade civil organizada deveriam ser usados para a revisão dos modos como têm sido operacionalizados, a fim de discutir possibilidades outras de maximização dos direitos do povo ao espaço urbano.

Assim, Candiotto (2020) assinalou que as lutas em termos de insurreições no presente são diagonais, no campo micro e macropolítico, materializando-se em redes de práticas de saber, de poder e subjetivação que operam no espaço por meio de processualidades, na medida em que se singularizam em resistências que ultrapassam a estatização das forças e dos modos de existência. Esta estilística da existência na relação com o espaço demonstra que as lutas não se dão apenas na dimensão do Estado e das

representações jurídicas da sociedade civil organizada, pois as relações de poder não ocorrem apenas em uma perspectiva representativa do poder (FOUCAULT, 2010a).

### **Tecendo a trama urbana e suas redes e os dispositivos de segregação e desfiliação**

De acordo com Beaujou-Garnier (1997), a cidade é ocupada por grupos de indivíduos, constituída por relações e fluxos de todo tipo, sendo ela um dos elementos fundamentais da organização do espaço por meio da lógica do mercado imobiliário e do lazer, da higiene medicalizante, na circulação de bens, na escolarização em massa, no consumo de produtos industrializados e na concentração da mão-de-obra e serviços. Nesse sentido, o espaço urbano é produzido pelos seus habitantes e, ao mesmo tempo, forja subjetividades em que as práticas múltiplas interferem nos modos de viver no cotidiano, de sorte que, com suas encomendas e demandas, a cidade mostra importância nas atividades em uma variedade e variação de forças, simultaneamente em disputa e em composição (VIRÍLIO, 1993).

A emergência das cidades teve na medicalização dos espaços, lado a lado com a segregação, um projeto de *apartheid* higienista constituído como um cordão sanitário dos corpos e do espaço, segundo Foucault (1979). Este aspecto se amplia com as práticas de empresariamento imobiliário e do entretenimento. O racismo de Estado e de sociedade, na cidade, se tornou também recreativo, com piadas na cultura, na comunicação, no trabalho e nas escolas, neste período (REIS, 2020).

De acordo com Foucault (1996), a cidade se tornou semelhante ao modelo de controle do panóptico, que era uma planta arquitetônica de um presídio, idealizada por Bentham como um modelo de punição ideal: nele, pessoas podiam ver sem ser vistas, ou apenas ser vistas, numa máquina de visibilidade intensificada da sociedade de vigilância no/do espaço. A disciplina, organizada na cidade como prática de fazer ver e de se tornar visível, operou por mecanismos de segurança articulados à mercantilização do espaço como um negócio a ser empreendido. Isso exigia que se materializasse como maximização da ordem e da lei em prol da segurança, acentuou Foucault (1999), ao enfatizar que a disciplina passou a ser também um mecanismo, não ficando restrita às paredes dos estabelecimentos particulares.

No bojo desta discussão, Deleuze (1992) salientou que o controle se ampliou e se tornou um modo de organização e subjetivação na sociedade contemporânea. Nesta

vertente, a segregação aumentou nos contextos urbanos por meio de dispositivos de vigilância, expandidos ao máximo com a instalação de câmeras, instalação de barreiras arquitetônicas acopladas à hierarquia da vigilância, em consonância com a visibilidade por/de setores e grupos, sendo mais forte sobre pessoas pretas e pobres.

Havia, no projeto de urbanização moderno das cidades, uma proposta de transparência dos centros urbanos em um campo idealizado; este se efetivou somente em certa medida, no Brasil, visto que ainda há muitas cidades repletas de situações pouco organizadas no que tange ao saneamento básico e a um conjunto de infraestruturas (BAUMAN, 1999). Em *Vidas desperdiçadas*, Bauman (2004) destacou que segmentos da população que sofreram processos de desfiliação foram tratados como lixo da sociedade e, quando não aceitavam ser tratados como lixo a ser reciclado juntamente com os espaços da cidade considerados periféricos, eram eliminados, mortos e/ou presos.

O que se torna relevante é que as cidades têm se tornado dispositivos de controle social dos corpos, de modo sofisticado. Com o aumento da vigilância das pessoas que a habitam, sem que, de fato, o povo esteja seguro no seu bem viver, o deixar morrer e o matar em nome da vida são práticas biopolíticas realizadas por meio de várias táticas dos mecanismos de segurança, no Estado Democrático de Direito da segunda metade do século XIX em diante (FOUCAULT, 2008). Neste caso, a segurança está baseada na ordem e na lei para, supostamente, defender a sociedade, parecendo mais focada na vertente da cidade como negócio e em um empreendedorismo neoliberal do que em um espaço de garantia dos direitos humanos.

A marca de construção das cidades, a qual se pode ser feita na atualidade, está repleta de reivindicações de direitos ao espaço em uma perspectiva de inclusão socio-comunitária e territorial por meio de acessos para que, de fato, se materialize como esfera pública. Todavia, é possível perceber que há também grupos organizados em corporações que fazem da cidade um negócio (FRANCO, 2012). Este está marcado pelos interesses de grandes construtoras, acrescidos da disputa do espaço como privilégio de classes e de segmentos profissionais empresariais, que visam expandir vorazmente o capital em investimentos voláteis. Excepcionalmente, o capital é alocado no espaço urbano por meio das ações de construtoras e dos tentáculos da circulação como mecanismo de segurança. Com efeito, Foucault (2008) destacou que o neoliberalismo se alimenta da circulação de pessoas, de bens, da conexão de portos e

aeroportos, do aumento da malha viária e de novas alternativas de transporte e comunicação.

Vale também ressaltar que há resistências e criações nas cidades, em que produções de subjetividades que se dão como multiplicidades diferenciais. Junto às dimensões físicas que as compõem, são encontrados diferentes efeitos que contribuem para determinados modos de percepção temporal e espacial, de distâncias e velocidades, os quais atravessam os sujeitos em seu cotidiano e podem ser modulados por diversas práticas e mecanismos, mediados por condições históricas, culturais, sociais, econômicas, políticas e ecológicas (VIRÍLIO, 1993). De acordo com Sennett (2008), a experiência da velocidade possibilitou a transformação do espaço em lugar de passagem, marcado pela desconexão da subjetividade com a cidade e o corpo, uma vez que a aproximação e o afastamento são facilitados por recursos que alteram a intensidade dos contatos, dos encontros. Até mesmo o desenho urbano moderno contribui para aquilo que o autor chama de geografia urbana fragmentada e descontínua, a qual, em função do seu modo de organização, busca diminuir as resistências dos transeuntes. Nas tramas armadas pela regulação dos corpos, grupos específicos são vistos como “indesejados”, tendo suas imagens, segundo Bauman (1999), coadunadas ao que provoca terror, medo, insegurança, e reforçando, assim, tentativas de segregação social e sanitária.

Em consenso com esta lógica, Foucault (2008) ressaltam que o espaço passa a ser usado como dispositivo de controle social, na medida em que o modo como suas forças são dispostas visa à maximização da segurança e à dispersão das resistências. Mesmo com a presença ostensiva de diferentes formas de monitoramento das cidades, as disparidades socioeconômicas imprimem, no cenário urbano, formas particulares de ocupação, as quais tensionam os planejamentos urbanísticos orientados para a assepsia social em nome da segurança, o que embasa racismos, por exemplo.

### **Vidas precarizadas e desfiladas em contextos urbanos**

Em face desse contexto, no qual há constante procura por proteção, Castel (1987) adverte que a noção de risco emerge mais com a intenção de prever as possibilidades de surgimento do perigo do que, necessariamente, de agir sobre o perigo já existente. Há, portanto, uma série de estratégias de controle do risco voltadas para a

virtualidade perigosa. A presença de pessoas em processo de desfiliação social em contexto urbano inquieta uma grande parcela da população e os órgãos governamentais, uma vez que produz inúmeras situações adversas ao que, diz-se, a sociedade espera como ordem social (CASTEL, 2011). Nas cidades, o número crescente de pessoas em processos de desfiliação social aumenta, agrava essa problemática e expõe violações de direitos, evidenciadas nas condições precárias de vida (MAGNI, 2006). Em função de o modo particular de viver nas ruas propiciar inúmeras problematizações pertinentes à análise do funcionamento da sociedade, torna-se cada vez mais importante estudar o trajeto para a rua (assim como aquele que se dá na permanência nela) como forma de entender as ramificações da questão (LEMOS, CARDOSO Jr e ALVAREZ, 2013).

Diante dessa realidade que ajuda a intensificar o processo de desigualdade social, são constituídos modos de existência tais como: pessoas em situação de rua que não operam nem pela vida nem pela morte, mas pela sobrevivência, a qual, para Agamben (2008), corresponde à particularidade da biopolítica, no século XX. Tal segregação, por seu turno, ao favorecer práticas que se dão fora dos padrões ditos de “normalidade”, legitima o uso de dispositivos de discriminação voltados para populações pobres, as quais passam a ser criminalizadas, muitas vezes, por uma mera forma de sobreviver nas cidades.

Para Frangella (2004), a trajetória de pessoas desfiliações em contextos urbanos envolve uma história gradual de perdas e desvinculações, tendo, como ponto de chegada, a rua. Consequentemente, é possível visualizar um tipo de esvaziamento territorial marcado por inúmeras práticas, que vão imprimindo um determinado percurso: o de ser lançado à desfiliação como uma sequência de exclusões somadas e potencializadas. Em muitos momentos, essas pessoas, antes de se encontrarem na situação-limite de estar vivendo nas realidades mais duras, brutais e de ruptura social, já passaram por um processo de ampla circulação por inúmeras políticas públicas, em circuitos ditos de proteção social, que pouca eficácia tivera no cuidado ético e psicossocial. As quebras, rupturas, desvinculações e perdas vão incrementando efeitos nocivos e de intenso sofrimento às pessoas que vivenciam estas situações extremas, que podem ser chamadas de desfiliação (CASTEL, 2011).

Ao longo dessas trajetórias de desfiliação, são formados processos de subjetivação específicos, os quais, segundo Deleuze (1992), dizem respeito à produção de modos de existência, podendo estes ser considerados tanto éticos quanto estéticos,

além de políticos. De acordo com Rodrigues e Baptista (2010), as modificações realizadas nas cidades ao longo da história não se restringiram ao âmbito físico-espacial, uma vez que se mostram profundamente relacionadas às alterações nos modos de existência, no campo da subjetividade. Para Foucault (2008), é no espaço que ocorrem os embates e se engendram as estratégias e táticas passíveis de abrir brechas e linhas de fuga. Logo, a relação entre subjetividade e lugar não é unificada e tampouco carece de história, pois, o tempo não é fixado em um espaço bem o lugar é colado à cronologia, na medida em que a subjetivação é devir, logo, se atualiza como processualidade (LEMOS e CARDOSO, 2009).

Pelas noções mencionadas e considerando as diversas forças que cruzam os indivíduos ao longo de seus percursos na cidade, vale a pena pensar nos aspectos específicos que auxiliam na consolidação de modos de existência nas ruas. Estes se contrapõem ao que Lemos, Chaves e Prado Filho (2012) chamam de mundo privado e intimista, associado aos novos modos de objetivação e subjetivação, na modernidade. De acordo com os estudos de Frangella (2004), a vinculação aos espaços urbanos pode incluir também processos adaptativos, os quais são notabilizados pelas alternativas de sobrevivência encontradas pelas pessoas e pelas formas de sociabilidade possibilitadas pela situação de desfiliação que eventualmente experimentam.

Ainda segundo Frangella (2004), o trânsito de crianças e adolescentes, por exemplo, acontece de forma diferente, posto que os recursos e as perspectivas para saída da rua são maiores para os jovens do que para os adultos. Numa cidade em que há fraternidade cotidiana nas relações sociais, as amizades são forjadas como suportes socioafetivos, em meio aos processos de desfiliação social que ocorrem progressivamente quando os vínculos são deteriorados. Um dos aspectos da dinâmica dessa população é marcado pelo deslocamento nômade, o qual é ocasionado pela busca de recursos e pela contínua expulsão de lugares usados para descanso.

O processo de precarização dos corpos e das relações pode se intensificar diante do aumento dos desmontes das políticas públicas a partir de uma lógica racista (BERNARDES, 2013). Nessa direção, observa-se que existem diferentes intensidades de circulação, moduladas pelas demandas de direitos e encomendas de grupos que disputam os espaços e os acessos às oportunidades. É a partir dessas intensidades de movimento das distintas experiências urbanas que são criadas as redes territoriais de circulação dos indivíduos. Em meio a esse percurso itinerante, as pessoas em situação

de rua, frequentemente, buscam por espaços não utilizados, podendo também apropriar-se temporariamente de locais destinados à passagem de pessoas e carros, ou seja, de espaços públicos de circulação aberta e semiaberta que permitam níveis de proteção social, mesmo que mínimos para quem está em situação de rua.

Nota-se, assim, que as práticas sociais de pessoas em *apartheid* nos contextos urbanos são marcadas por essa circulação constante, o que propicia, por exemplo, trabalhos peculiares a esses contextos, tais como os serviços temporários. Nas alternativas de sobrevivência utilizadas por essa população, encontram-se também a mendicância, a vigilância de carros, a prostituição, o roubo - “opções” (ou “imposições”) que, fora da esfera do prestígio social, contribuem ainda mais para diferentes tipos de estigmatização da pobreza. Nesse processo de experimentação da cidade, tendo em vista a condição de estar nas ruas, os caminhos percorridos estão igualmente aliados a um caráter ético, relativo ao modo de se conduzir. Por isso, é preciso tentar entender de que forma são construídas tais rotas, a fim de entrar em contato com os aspectos de invenção de vidas expostas que testemunham sobre uma determinada história local e contribuem, a seu modo, para a afirmação de uma política da existência.

Assinala, a respeito, Bauman (2009, p. 35):

*É nos lugares que se forma a experiência humana, que ela se acumula, é compartilhada, e que seu sentido é elaborado, assimilado e negociado. E é nos lugares, e graças aos lugares, que os desejos se desenvolvem, ganham forma, alimentados pela esperança de realizar-se, e correm risco de decepção – e, a bem da verdade, acabam decepcionados, na maioria das vezes.*

O funcionamento incessante das cidades abarca os corpos, fazendo-os trabalhar, na maior parte do tempo, sob a mesma lógica da aceleração dos automóveis e das demandas de produção. Assim, o espaço urbano, imbuído de valores socioculturais, revela-se como um lugar de acolhimento e/ou repulsa aos indivíduos que por ele transitam. Com base nessa ideia e na noção de que a corporeidade humana se constrói com as vivências, pode-se sustentar que o espaço participa de modo único na configuração corporal de seus habitantes, principalmente pelas particularidades que o compõem.

### **Resistências como testemunhos que falam e explicitam as marcas da rua**

Para Jacques (2008), as linhas de fuga são aquelas de caráter micropolítico que produzem resistência diante do que se impõe como modelo aceitável para a sociedade.



Nesse sentido, no dia a dia, os sujeitos em contato com fatores sociais, culturais, econômicos, entre outros, podem agenciar mudanças em si próprios. Por essa perspectiva, a corporeidade dos indivíduos está estreitamente regada por esses aspectos da relação do corpo com as multiplicidades proporcionadas pelo espaço. Novamente segundo Paola Berenstein Jacques (2008), a escrita da cidade no corpo (e vice-versa), chamada de corpografia, pode ser estudada pelos padrões corporais de ação, que são os gestos e movimentos propiciados pela experiência urbana. É possível pensar, com apoio na corpografia urbana, o processo de ocupação dos espaços públicos e o modo como as forças presentes nestes lugares estão relacionadas às vidas dos transeuntes.

Milton Santos (2004; 2006), ao propor a noção de homens lentos, auxilia na reflexão sobre os agenciamentos e escritas corporais, uma vez que a lentidão impressa nos sujeitos pode conduzir a um tempo diferenciado, que propicia uma experimentação mais intensa do espaço e de seus efeitos. Por essa via, o autor destaca que as pessoas em situação de rua podem ser consideradas a partir de sua lentidão involuntária, já que estão deslocadas das regras temporais e sociais. Ao lado dessa ideia, para Jacques (2008), as errâncias podem favorecer este outro tipo de velocidade no cotidiano, já que desviam rotas e desfazem roteiros, contribuindo para as rupturas a-significantes (DELEUZE e GUATTARI, 1995). Ao entregar-se à errância, o sujeito pode se perder, desorientando-se mesmo diante dos projetos urbanísticos que prezam pela condução. Suas atitudes podem ser lentas, no sentido de ignorar a lógica de celeridade do dia a dia, e seu corpo pode ser tomado pela materialização das reverberações de seus atos errantes (JACQUES, 2008).

Importante ressaltar, com Deleuze e Guattari (1995), que a lentidão não corresponde à aceleração ou retardação do movimento, mas à racionalidade do tipo de movimento, ou seja, que está presente no âmbito das condutas. Ela diz respeito, portanto, ao aspecto qualitativo e não quantitativo do movimento. Com a imersão nessa velocidade outra, surgem anúncios de vidas, tais como as de pessoas em situação de rua, que testemunham uma forma diferente de habitar e mover o mundo, trazendo à tona dizeres e atos relativos tanto a violações de direitos quanto a potências de existência.

O testemunho, que, conforme Agamben (2008), por uma via tem valor de prova, pode também ser visto como o que compõe algo de que não há meios para testemunhar, o que indica o seu aspecto inventivo: ele está no espaço do entre, ou seja, na fronteira da língua, do que pode ou não pode ser dito. Ao tomar a perspectiva de arquivo, proposta

por Foucault (2007), que corresponde à lei do que pode ser pronunciado, é possível salientar que o testemunho difere dele por estar entre o dentro e fora do sistema de construção de frases possíveis, não garantindo a verdade dos fatos do enunciado presente no arquivo, mas o seu aspecto de exterioridade (AGAMBEN, 2008).

Com base nesse aspecto, os testemunhos, tidos como discursos menores frente aos oficiais, podem tecer ações micropolíticas articuladas – a partir de premissas estabelecidas por Deleuze e Guattari (1997) – tanto aos movimentos e ao que está no plano de visibilidade (narrativa extensiva), quanto à velocidade e aos afetos (narrativa intensiva). Pelas pontuações sobre esses dois tipos de narrativa, afere-se que o corpo se escreve tanto pelo aspecto do espaço liso (que abriga os acontecimentos, forças) quanto do espaço estriado (configurado por propriedades). Salientam Deleuze e Guattari (1997, p.163):

*O espaço liso são as intensidades, os ventos e ruídos, as forças e as qualidades tácteis e sonoras, como no deserto, na estepe ou no gelo. Estalido do gelo e canto das areias. O que cobre o espaço estriado, ao contrário, é o céu como medida, e as qualidades visuais mensuráveis que derivam dele.*

Considerando o exposto, os testemunhos das pessoas em situação de rua, que surgem em razão das marcas da desfiliação social, podem auxiliar nas tentativas de escrita de uma história que abarque as minúcias dos encontros, provocando debates sobre o que gera inquietação no mundo e movendo, assim, de acordo com Suely Rolnik (1995), o pensamento, posto que ele serve de ponte ao fazer com o que está na esfera sensível seja visto e dito. Conclui-se, portanto, que o trabalho intelectual aliado a uma ética também se mostra como luta política, ao passo que provoca diálogos, narrativas testemunhais que se dão pela produção da diferença em nível artesanal, pelas costuras errantes.

*O corpo é o ponto zero do mundo, lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as negas pelo poder indefinido das utopias que imagino. Meu corpo é como a Cidade do Sol, não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos. (FOUCAULT, 2013, p. 12).*

No processo de ocupação dos espaços públicos por parte de pessoas em situação de rua, há invenção de lugares outros, de heterotopias (FOUCAULT, 2013). Melhor dizendo, de lugares reais que se situam fora de todos os lugares e que, ao longo da história, sofrem mudanças, envolvendo espaços incompatíveis e sendo, algumas vezes,

heterotopias do desvio - dispostas à margem da sociedade e voltadas para indivíduos tidos como desviantes da norma.

A rua, nessa perspectiva, é um lugar outro que muitas vezes opera em um tempo diferente (heterocronia), abrigando pessoas que trazem, em seu testemunho corporal, outro espaço situado no fora. Ao longo da inserção no espaço da cidade, surgem acontecimentos relacionados à adaptação, criação e violação que afetam os corpos não só na aparência, mas também no que possuem de imaterial, nas condutas.

Nas várias trajetórias relatadas, o testemunho está articulado transversalmente à passagem por trechos errantes. Segundo Justo (1998), a errância aparece de forma mais patente nos andarilhos de estrada, os quais traçam caminhadas como formas estratégicas de sobrevivência. Para o autor (2005), além dos que perambulam mendigando ou procurando formas de trabalho ou ajuda de instituições filantrópicas, há também aqueles que não almejam mais nenhum tipo de restabelecimento de vínculos, o que os configura como dromomanes da contemporaneidade.

*O termo dromomanes é o nome dado aos desertores na época do Ancien Régime, e, em psiquiatria significa mania deambulatória (dromomania). Dentre eles, muitos já estão há bastante tempo vivendo no trecho, como designam a perambulação pelas estradas, e assumem efetivamente a condição de andarilho e a errância como um modo de vida. Assim como os dromomanes, desertores do Antigo Regime, os andarilhos da atualidade rompem com toda a malha da rede social, abandonam os lugares de assentamento e sedentarização (família, trabalho, domicílio e tantos outros) e assumem o nomadismo como forma de vida. (JUSTO, 2005, p. 177).*

A liberdade experimentada no espaço público confere à circulação o caráter desafiador da produção de uma estilística de vida circunscrita por rupturas. Em analogia ao que Bourdieu (1996) escreve a respeito das tentativas – ocorridas no Segundo Império francês – de subversão da ordem do mundo burguês, a partir de ousadias e transgressões que constituem a existência dos artistas como obra de arte, o corpo em situação de rua em ato no teatro do mundo também provoca a lógica dominante nos processos de ocupação, propiciando outras estéticas com base em diferentes éticas.

Por conseguinte, a liberdade, garantida constitucionalmente, alia-se à noção de práticas de liberdade, as quais, segundo Castro (2009) – em uma análise do conceito desenvolvido por Foucault –, podem ser entendidas tanto em sentido político quanto ético. O sentido político por se constituírem dentro de um campo de possibilidade, favorecendo aos sujeitos transformações, já que, nas relações de poder, onde a liberdade precisa existir, “[...] diversas reações e diversos modos de comportamento podem

acontecer” (FOUCAULT, 2010b). E sentido ético, no sentido das escolhas do modo de se conduzir que constituem o sujeito, posto que “[...] a liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida assumida pela liberdade” (FOUCAULT, 2004, p. 267).

Sabendo do valor semântico negativo da expressão “morador de rua”, lança para si outros olhos, como forma de fazer plainar um possível em seu existir. Nos repousos, morcegos e andantes encontram seus cantos. Recentemente, em algumas grandes cidades, foram construídos polêmicos dispositivos de afastamento de pessoas em situação de rua, tais como espetos de metal em fachadas de prédios residenciais (Londres), rampa “antimendigo” em túnel e bancos com divisórias (São Paulo), grades fixadas de forma irregular em frente a prédios (Porto Alegre).

### **Considerações finais**

O Estado, ausente, muitas vezes, em suas obrigações para com esse segmento, não garantindo suas necessidades básicas, fortalece o que Agamben (2010) chamou de “vida nua”. Ou seja, a vida desprotegida de quem se encontra em estado de exceção, sendo, nas palavras de Pelbart (2003), caracterizada pela sobrevida, que “[...] é a vida humana reduzida a seu mínimo biológico, à sua nudez última, à vida sem forma, ao mero fato da vida, à vida nua” (p. 1).

A aparência, nessas circunstâncias, se torna um analisador da materialização dos racismos, preconceitos, discriminações negativas e marca a racialização da sociedade por meio dos corpos em processo de segregação nos contextos urbanos que, frequentemente, trazem aspectos de cunho higienista, tais como sujeira e ausência de cuidados comuns, como, por exemplo, corte e limpeza de unhas. Em uma sociedade, na qual o corpo, segundo Ortega (2005), imerso na lógica da bioascese, é incentivado intensamente a seguir preceitos ligados à ciência e à cultura do espetáculo, a subjetivação pela busca da melhor imagem atravessa todas as pessoas, em uma biopolítica que regula por normas chamadas de civilidade e subjetividades ditas civilizadas, concomitantemente.

O enquadramento traz aspectos higienistas ligados à vestimenta e limpeza, e a dimensões racistas biológicas de particularidades como cor da pele e tipo de cabelo. No Brasil, historicamente, são marcadores de interseccionalidade racista, de gênero e classe, que operam estigmatizações. Apesar das ações afirmativas terem potencializado,

no país, o acesso a determinados direitos sociais, a partir de estratégias de promoção da equidade, a discriminação racial continua fortemente em vigor, gerando violência, violações de direitos e aniquilamentos, os quais estão na base dos processos de desfiliação social, aprisionamento, internação e genocídio de pessoas pretas e de mulheres negras, sobretudo.

Mbembe (2019) delinea que a intensidade da exploração da mão-de-obra, das violências, foi voltada para este povo, sendo que a morte da maior parte deste segmento se deu no período da juventude, entre outras situações brutais de deixar morrer, e de matar, em nome da vida - o que se tornou uma necropolítica, uma gestão das existências, das relações sociais e da cultura a partir da morte.

Nesse sentido, é perceptível que as mudanças sociais necessárias para a garantia do reconhecimento por meio das políticas sociais precisam ser alargadas potencialmente, bem como mobilizar questões subjetivas, enfrentando microfascismos na diagonal com a macropolítica. Com efeito, para Guattari e Rolnik (2011, p. 39), “[...] qualquer revolução em nível macropolítico concerne também à produção de subjetividade”.

Nessa mesma lógica, Guattari estimulou a invenção de subjetividades que façam desmoronar as máquinas capitalísticas por meio de agenciamentos coletivos de enunciação. Tais agenciamentos não estão localizados nos indivíduos, mas nas microrrelações que possibilitam tanto agenciamentos de subjetivação no registro do social quanto a existência de uma micropolítica de transformação que seja insurreição política e desobediência civil, em nível molecular. Apesar das distâncias que a desfiliação social em contextos urbanos provoca, alguns registros afetivos ganham contornos que imprimem na pele as perdas. São as tatuagens do tempo que, mesmo esmaecidas pela falta de retoque, cravam em sangue as estrelas que reluzem na memória a dor e as perdas.

Ao considerar as potências dos encontros no espaço juntamente com a dimensão dos embates das relações de poder, com toda a violência presente em diferentes níveis, foi possível perceber que o emaranhado das forças sociais requer uma análise rizomática. Só assim pode acompanhar o entrelaçamento das linhas e provocar fissuras nas concepções cristalizadas do que é estar em processo de desfiliação social em contextos urbanos, fortemente segregados por práticas de higienismo medicalizante, trabalhos informais e precários, empreendedorismo imobiliário e recreativo. Nesse

sentido, aqui, a afirmação do corpo como testemunho diante dos registros do espaço público e de seus efeitos é uma luta pela descriminalização da vida errante e de potencialização de suas possibilidades de resistência.

## **Referências**

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BEAUJOU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BERNARDES, Célia Regina Ody. *Racismo de Estado*. Curitiba: Juruá, 2013.

CANDIOTTO, César. *A dignidade da luta política*. Incursões pela Filosofia de Michel Foucault. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2020.

CASTEL, Robert. *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

\_\_\_\_\_. *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Petrópolis: Vozes, 2011.

DELEUZE, Gilles. *Conversações, 1972 – 1970*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

\_\_\_\_\_; GUATARRI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (vol. 1). Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

\_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (vol. 7). Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Vida dos Homens Infames*. In: MOTA, Manuel Barros da (Org.). *Michel Foucault: Ética, estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

- \_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: MOTTA, Manuel Barros da (Org.). *Michel Foucault: ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 264-287 (Ditos e escritos V).
- \_\_\_\_\_. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- \_\_\_\_\_. Eu capto o intolerável. In: MOTA, Manuel Barros da (Org.). *Michel Foucault: repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a, p. 31-33. (Ditos e escritos VI).
- \_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. p. 273-295.
- \_\_\_\_\_. Por uma crônica da memória operária. In: MOTA, Manuel Barros da (Org.). *Michel Foucault: repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c. p.80-81. (Ditos e escritos VI).
- \_\_\_\_\_. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.
- FRANCO, Ana Carolina Farias. *Cartografias do Diário do Pará: um estudo genealógico do acontecimento homicídio contra jovens em um jornal impresso*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil, 2012.
- FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2004.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Corpografias urbanas*. São Paulo: Arquitectos/Vitruvius, 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/08.093/165>. Acesso em: 15 dez. 2011.
- JUSTO, José Sterza. Errâncias e errantes: um estudo sobre os andarilhos de estrada. In: JUSTO, José Sterza; SAGAWA, Roberto Yutaka (Org.). *Rumos do saber psicológico*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998. p. 125-139.
- LEMONS, Flávia Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. Genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, v. 21, n.3, 2009.
- \_\_\_\_\_; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello; ALVAREZ, Marcos César. Instituições, confinamento e relações de poder: questões metodológicas no pensamento de Michel Foucault. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, p. 100-106, 2013.

- \_\_\_\_\_; CHAVES, Silvia Nogueira; PRADO FILHO, Kleber. In: LEMOS, Flávia Cristina Silveira et al. (Org.). *Transversalizando no ensino, na pesquisa e na extensão*. Curitiba: CRV, 2012. p. 21-31.
- MAGNI, Claudia Turra. *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua de Porto Alegre*, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Biopoder, soberania, Estado de Exceção, Política de Morte*. São Paulo: N-1, 2019.
- ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- PELBART, Peter. Vida Nua, vida besta, uma vida. In: *Vida Capital: Ensaios de biopolíticas*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- REIS, Diego. *O governo da emergência: Estado de Exceção, Guerra ao Terror e Colonialidade*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020.
- RODRIGUES, Alice da Silva. *A organização do espaço urbano e a gestão da cidade*. [s.d.]. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/Artigos.pdf>. Acesso em: 07 out. 2014.
- RODRIGUES, Ana Cabral; BAPTISTA, Luis Antônio dos Santos. Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, n.3, p. 422-429, 2010.
- ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? *Novos estudos*, v. 89, p. 89-109, 2011.
- ROLNIK, Suely. Ninguém é deleuziano. Entrevista a Lira Neto e Silvio Gadelha. *O Povo*, Caderno Sábado. Fortaleza, 1995.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2006.
- SENNETT, Richard. *Carne e pedra: corpo e cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.
- SILVA, Wanderson Vilton Nunes da. *Entre ruas que subjetivam, registros do governo da vida e da morte na cidade*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil, 2013.
- VIRÍLIO, Paul. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.



Daiane Gasparetto da Silva  
Graduada em Psicologia, Mestre e Doutora em Psicologia pela UFPA.  
E-mail: [dai\\_gasp@hotmail.com](mailto:dai_gasp@hotmail.com)

Flávia Cristina Silveira Lemos  
Profa Dra. Associada IV de Psicologia Social – UFPA.  
E-mail: [flaviacslemos@gmail.com](mailto:flaviacslemos@gmail.com)

Heidiany Katrine Santos Moreno  
Mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas pela FLACSO e Fundação Perseu  
Abramo.  
E-mail: [heidiany.katrine08@gmail.com](mailto:heidiany.katrine08@gmail.com)

Helder Corrêa Luz  
Graduado em Pedagogia e em Filosofia-UEPA. Graduado em Psicologia pela UFPA.  
Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela UFPA, Doutor em Psicologia pela UFPA.  
Professor de Filosofia na SEDUC-PA.  
E-mail: [heldercorrealuz@gmail.com](mailto:heldercorrealuz@gmail.com)

Marcelo Ribeiro de Mesquita  
Graduado em Pedagogia-UEPA, Mestre em Educação pela UFPA.  
Doutorando em Psicologia pela UFPA. Professor na SEDUC-PA.  
E-mail: [tchelorm81@gmail.com](mailto:tchelorm81@gmail.com)